

# A Assistência Social

162  
162

Temos insistido muita vez na maneira bem pouco eficiente como se vem encarado o problema da Assistência entre nós. Efectivamente, enquanto que uns desejam cometer ao Estado o encargo total de sustentar os necessitados, preconizam outros que o problema deve ser resolvido pela iniciativa particular, e outros ainda que por ambos ao mesmo tempo. Nem uns nem outros vêem, porém, no problema da Assistência outro aspecto que não seja dar de comer a quem tem fome ou vestir os nus. Encarado assim, talvez todos tenham razão.

Mas o ponto fundamental da questão não é este. O necessitado é um homem, com personalidade, com direitos e com deveres provenientes — salvo no caso de anormalidade mental — da sua própria natureza de homem livre e responsável. Se é um homem, é evidente que deve ser tratado como tal, com o respeito que nos devemos uns aos outros, porque somos irmãos.

Ora este respeito obriga-nos a um pouco mais de cuidado ao tratar do problema. Sendo a miséria, como é, uma decadência humana, o problema não está em se montar toda uma grandiosa máquina que trate de investigar se este e aquele que estende a mão à Assistência mente ou fala verdade ao pedir auxílio, e outra máquina ao lado que faça uma distribuição justa dos bens que se destinam a acudir aos miseráveis.

Neste pé, apenas se toca o problema pela rama. Continua o homem a ser um diminuído e um decadente, e continuam as causas desta diminuição e desta decadência a «operar» livremente, isto é, a desvalorizar o homem, a diminuir a sociedade, a criar no seio dela, um mal-estar progressivo.

O problema da Assistência, para ser resolvido, tem de ser encarado nas suas causas profundas. Tem de haver suficiente cuidado em procurar a raiz do mal, e, depois em coordenar todos os esforços necessários, para agir no sentido de cortar a raiz maligna.

São conhecidas as causas da miséria. Mas não são já tão bem conhecidas quais as que actuam com maior intensidade. Este estudo ainda se não fez, nem sabemos se alguma vez se pensou em fazê-lo. Mas enquanto se não puser o problema desta maneira, a Assistência pública não poderá realizar a obra que lhe pertence, que é a de tentar acabar com a miséria.

Temos assistido ultimamente, com grande alegria, a um esforço inteligente de organizar a Assistência em moldes modernos, de forma a dar-lhe uma eficiência que não tinha, uma prontidão a que não estávamos habituados, e mais ainda do que isso, um sentido mais conforme com a dignidade humana, quer dizer, o sentido de regenerar e recuperar os socialmente abatidos. Este esforço, coroado já em grande parte por êxitos animadores não dará, porém, toda a medida do seu valor senão daqui a alguns anos — o que demonstra suficientemente, a seriedade com que é feito. Esse esforço é necessário continuá-lo no mesmo sentido, aumentá-lo ainda mais se for possível, e, sobretudo, estendê-lo a todos os sectores aonde não chegou ainda.

Mas tudo isto, que é incomparavelmente melhor do que tudo quanto foi feito até há pouco, não bastará para solucionar o problema. As causas, que permanecem intactas, continuam a «fabricar» livremente os

sem sabemos que não há-de ser o Sub-Secretariado da Assistência Social quem tudo vai fazer, pois não possui meios adequados nem competência para tanto. O problema só poderá ser resolvido por uma colaboração continuada entre os diferentes Ministérios e serviços públicos.

Há-de ser o Ministério da Justiça, reforçando a defesa jurídica da Família, alargando a protecção aos menores, fortalecendo a capacidade jurídica da mulher casada, porque a Família bem constituída e bem organizada ainda é a melhor defesa

contra a miséria social. Há-de ser o Ministério da Economia, promovendo o progresso económico da Nação e o aumento da riqueza a reparar. Há-de ser o Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social, zelando pela justiça na distribuição, por um salário familiar eficaz, pelo desenvolvimento da Previdência de todos os trabalhadores, pela habitação operária.

Pelo concurso de todas as boas vontades, as causas da miséria poderiam ser eficazmente atacadas, e a Assistência Social ficaria então limitada à sua função de acudir aos casos inevitáveis. Enquanto isto se não conseguir, perder-se-ão enormes esforços, despender-se-á uma importantíssima soma de dinheiro, e a miséria continuará a afligir os indivíduos, os governos e a Nação.

DESENVOLVIMENTO  
ABEL VARZIM

© Todos os direitos reservados

J.N

17/xi/1926